



Reafirmando o compromisso de ambas as Partes de promover o desenvolvimento sustentável como meio de alcançar progresso social e econômico;

Conscientes de que o ONU-Habitat é uma organização integrante do Sistema das Nações Unidas estabelecida pela Resolução 56/206, adotada em 21 de dezembro de 2001, com o mandato de ser o ponto focal da ONU para suas atividades no tema dos Assentamentos Humanos e, ademais, atuar como a sua agência de cooperação técnica especializada neste tema.

Recordando os privilégios e imunidades concedidos ao ONU-Habitat Brasil no Acordo sobre Operação no Brasil do Escritório Regional e a República Federativa do Brasil assinado, no dia 10 de março de 1998, conforme a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946;

Reconhecendo o papel do Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ("ONU-Habitat/ROLAC") estabelecido no Rio de Janeiro, no desenvolvimento de cooperação técnica, para a definição e execução de iniciativas de promoção de habitação digna e de desenvolvimento urbano sustentável para os países e cidades da América Latina e do Caribe;

Reconhecendo a Cooperação Sul-Sul como uma das modalidades de cooperação para o desenvolvimento com maior potencial para promover crescimento econômico, reduzir desigualdades e melhorar padrões de vida nos países em desenvolvimento;

Avaliando o papel significativo que as Partes podem desempenhar conjuntamente na capacitação dos países em desenvolvimento nos campos do direito, governança e uso do solo urbano; planejamento e desenho urbanos; economia urbana; serviços básicos urbanos, habitação e urbanização de favelas; redução de riscos de desastres naturais e recuperação da infraestrutura urbana; pesquisa e desenvolvimento de capacidade técnica para a promoção do desenvolvimento sustentável;

Considerando os respectivos mandatos, objetivos e programas do ONU-Habitat e da ABC;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1
Objetivo

O propósito deste MdE é estabelecer modalidades gerais de parceria para dar apoio a terceiros países por meio de cooperação técnica, com vistas ao fortalecimento de capacidades dos países selecionados para elaborar, implementar, gerenciar, monitorar e avaliar programas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável na América Latina.

Artigo 2
Implementação

1. As Partes envidarão esforços para identificar e apoiar atividades da cooperação técnica nas áreas mencionadas no Artigo 1, a partir de demandas dos terceiros países e sujeitas à disponibilidade de fundos, de acordo com os termos deste MdE e os termos e condições específicas acordadas pelas Partes nos acordos de implementação relevantes, quando aplicável.

2. A ABC coordenará as atividades dentro do escopo deste MdE em nome do Governo da República Federativa do Brasil.

3. As Partes concordam sobre as seguintes modalidades gerais de parceria de cooperação nas áreas identificadas no Artigo 1, por solicitação de cooperação de terceiros países:

- a) cooperação técnica na elaboração, implementação, gerenciamento, monitoramento e avaliação de programas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável na América Latina;
- b) cooperação técnica para fortalecer a capacidade institucional dos países selecionados em nível nacional e local;
- c) provisão de treinamento no Brasil ou no país(es) beneficiário(s);
- d) desenvolvimento de termos de referência para a preparação de missões técnicas;
- e) desenvolvimento e atualização de plataformas de gerenciamento de conhecimento nas áreas identificadas no Artigo 1 acima;
- f) qualquer outra atividade que possa ser acordada pela ABC e ONU-Habitat.

4. Sujeitas à disponibilidade de fundos e às respectivas políticas e aos arcabouços legais internos das Partes, as Partes envidarão esforços para mobilizar recursos para financiar atividades a serem executadas nos países selecionados. Este MdE não cria obrigações financeiras para as Partes.

Artigo 3
Coordenação

As Partes terão consultas regulares e intercambiarão informações e experiências destinadas à implementação das atividades programáticas de interesse comum. As Partes trocarão experiências e informações provenientes de estudos, revisões, avaliações e relatórios de natureza técnica e política, quando esta troca de informações for de benefício mútuo para as Partes.

Artigo 4
Entrada em vigor, Validade e Término

1. Este MdE entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por três (3) anos (denominado Termo Inicial). O Termo Inicial será automaticamente renovado por iguais períodos (denominados Termo Renovado), a menos que uma das Partes notifique a outra Parte, por escrito, de sua decisão de denunciar este MdE. A notificação será informada com pelo menos seis (6) meses de antecedência do término do Termo Inicial ou do Termo Renovado, conforme o caso.

2. Não obstante as provisões no Artigo 4.1 acima, este MdE permanecerá em vigor até seis (6) meses após o recebimento de notificação a fim de facilitar a conclusão de operações e obrigações em curso tomadas ou surgidas antes do seu término.

3. Este MdE pode ser modificado por consentimento mútuo expresso, por escrito, por via diplomática.

Assinado no Rio de Janeiro em 20 de junho de 2012, em dois originais, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

MARCO FARANI
Diretor da ABC

Pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

JOAN CLOS
Diretor do Programa HABITAT

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO TÉCNICO PARA A CRIAÇÃO DA REDE DE BANCOS DE LEITE HUMANO DA REPÚBLICA DOMINICANA".

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Dominicana
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área da saúde se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Apoio Técnico para a Criação da Rede de Bancos de Leite Humano da República Dominicana" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é consolidar e expandir a Rede de Bancos de Leite Humano na República Dominicana para atender a demanda de leite humano processado e fortalecer as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Dominicana designa:

a) o Ministério de Economia, Planejamento e Desenvolvimento da República Dominicana como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério de Saúde Pública como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Saúde - Fundação Osvaldo Cruz (FIO-CRUZ), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Dominicana cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na República Dominicana as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo dominicano, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Dominicana.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006.